

O MÉTODO FÔNICO E A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

Fernanda da Cunha Maciel¹
Maria Cecília Martínez Amaro Freitas²

Resumo

O presente trabalho visa compreender como os professores estão sendo orientados para lidar com o método fônico no contexto do município de Anápolis. Para tanto, inicialmente trata-se da proposta de alfabetização da Política Nacional de Alfabetização e o método fônico, verificando se há orientações governamentais voltadas para professores sobre a nova Política Nacional de Alfabetização e finalmente, a pesquisa também busca compreender sobre como os professores da rede pública do município de Anápolis avaliam a inserção do método fônico de alfabetização. A metodologia utilizada para o estudo pautou-se em uma pesquisa bibliográfica enriquecida com questionário aplicado a 10 professoras que atuam na alfabetização em escolas públicas do município de Anápolis no segundo semestre de 2020. Assim sendo, percebemos que a Política Nacional de Alfabetização traz um projeto envolvente e interessante, e ao analisar as respostas das docentes pudemos observar que deixam clara a relevância do método fônico, apesar de não ser o único utilizado. Portanto, compete ao professor decidir qual metodologia se aplica melhor às necessidades dos educandos, mas percebemos também que o sistema de ensino carece de mais formação para os alfabetizadores.

Palavras-chave: Professores. Qualificação. Política Nacional de Alfabetização.

INTRODUÇÃO

Entendemos que há diversas formas de alfabetizar, como também existem diferentes maneiras de aprender e o que se aplica a um aluno, não necessariamente será eficiente para outro. Portanto, para Sebra e Dias (2011), todas as formas de alfabetizar são válidas, mas com o passar do tempo algumas têm se destacado. Atualmente, o foco da discussão está em torno do método fônico, por isso, os debates têm sido fomentados pelos resultados de pesquisas em diversos países, inclusive no Brasil, sendo que há estudos bastante animadores sobre os resultados que apresenta.

A atual Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019) defende e propõe (implicitamente) o método fônico como o mais adequado a ser utilizado. Entretanto, sabemos que este é um método um pouco complexo de ser aplicado e é preciso investirem capacitação aos professores alfabetizadores, bem como em pesquisas para saber como eles estão lidando na prática e os resultados estão sendo obtidos.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) destaca que através da capacidade de codificação e decodificação dos sons da língua (os fonemas) em

material gráfico (os grafemas), ocorre a formação da chamada consciência fonológica, a qual se trata da organização da sonoridade que, em geral, os falantes possuem. Apesar de não haver uma especificação quanto ao método a ser utilizado nas escolas brasileiras, essa parte da BNCC comunica-se muito bem com o Método Fônico. Sendo assim, ela estabelece algumas das principais habilidades que a criança precisa adquirir para se alfabetizar, dentre elas estão, a consciência fonêmica, princípio alfabético, compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas, a decodificação, dominar as convenções gráficas e a fluência na leitura (BRASIL, 2017).

Os estudos apresentados até o momento evidenciam que apesar de alguns profissionais ou instituições de ensino serem resistentes quanto a eficácia do método fônico na alfabetização, ele vem se revelando muito eficaz e proveitoso por professores que investem em estudos sobre como atuar através desse método e que prosseguem na proposta de desenvolver competências.

Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender como os professores estão sendo orientados para lidar com o método fônico no contexto do município de Anápolis. Para tanto, primeiramente buscamos compreender a proposta que a Política Nacional de Alfabetização apresenta para a alfabetização através do método fônico; também buscamos identificar as orientações e/ou diretrizes governamentais nos âmbitos federal, estadual ou municipal voltado para a capacitação dos professores na inserção do método fônico nos anos iniciais do Ensino Fundamental e, finalmente, realizamos uma análise de como os professores da rede pública do município de Anápolis avaliam a inserção desse método de alfabetização, qual método utilizado, diferença no desempenho oral e escrito em alunos vindos de um processo de alfabetização que não seja o método fônico, e quais potencialidades e fragilidades os profissionais da educação encontram na aplicação em sala de aula apoiados em uma pesquisa qualitativa com docentes alfabetizadores.

A metodologia utilizada para o estudo foi pautada em uma pesquisa bibliográfica enriquecida com questionário aplicado a 10 professoras que atuam na alfabetização em escolas públicas do município de Anápolis no segundo semestre de 2020.

1. A proposta de alfabetização da Política Nacional de Alfabetização e o método fônico

A qualidade na educação do nosso país está muito distante de atingir os parâmetros ideais. Atividades que mensuram o nível de aprendizado de crianças em fase de alfabetização não têm obtido resultados otimistas.

O indicador de alfabetismo funcional, Inaf Brasil 2018, tem mostrado com o resultado de pesquisas que apenas 12% dos brasileiros, entre 15 e 64, anos são proficientes, ou seja, que conseguem compreender e elaborar textos de maior complexidade.

O percurso histórico de leis e programas que objetivam implementar melhorias em relação à qualidade da educação, principalmente no que diz respeito à alfabetização, é longo, entretanto questiona-se porque o país enfrenta tantos problemas com o analfabetismo.

A maioria dos países que obteve bons resultados na alfabetização se pautou nas políticas públicas fundamentadas na ciência cognitiva da leitura, demonstrando através de estudos, os caminhos necessários para garantir a alfabetização com qualidade, entretanto, o Brasil aparenta não ter dado muita importância para esses estudos. (BRASIL, 2019).

Tentando mudar os rumos da alfabetização no país, o governo de Jair Bolsonaro, por meio do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, lançou a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Pautada em estudos científicos que demonstram o melhor caminho para o ensino da leitura e escrita, propõe elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro.

O Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, em seu artigo 4º, II explicita que o PNA:

É uma política de Estado instituída para fomentar programas e ações voltados à alfabetização com base nas mais recentes evidências científicas, no intuito de melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e funcional no território brasileiro. A PNA tem como um dos objetivos contribuir para a consecução das metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2019, p.40).



Portanto, vale lembrar que no documento da PNA muito se evidencia a importância das ciências cognitivas, e esta demonstra estar com foco nelas. Dentro das ciências cognitivas estão as disciplinas que abrangem o estudo da mente e sua relação com o cérebro.

Embora os estudos sobre como o aprendizado acontece sejam datados de antes do século XX, os avanços citados só aconteceram a partir da década de 1970 em decorrência do surgimento de tecnologias que permitiram conhecer melhor o cérebro e suas funcionalidades, compreendendo melhor o que acontece durante a aprendizagem da leitura e escrita, possibilitando assim, compreender qual a estratégia de ensino mais eficiente (BRASIL, 2019).

Em decorrência dos progressos alcançados nos estudos, surgiu o campo da ciência cognitiva da leitura que ocupa especialmente os processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino das habilidades de leitura e de escrita e procura responder a perguntas fundamentais relacionadas a como acontece no cérebro o processo de aprendizagem, principalmente relacionado à alfabetização (BRASIL, 2019).

A ciência cognitiva da leitura demonstra que a aprendizagem da leitura e da escrita não é natural e nem espontânea, assim, o processo de leitura e escrita precisam ser ensinados de modo explícito e sistemático de tal forma que afete diretamente a pessoa que ensina, assim, os professores também são beneficiados com esse ramo da ciência (BRASIL, 2019).

A capacidade de leitura e escrita depende de habilidades adquiridas antes da alfabetização, desenvolvidas e consolidadas depois dela, permitindo o alcance de níveis mais avançados de literacia.

Barbosa e Souza (2017) afirmam que para alfabetizar uma criança, o método mais proveitoso seria aquele que considere a predefinição biopsicológica ao qual o cérebro está preparado, que em questão seria o Método Fônico. A opção por Métodos Fônicos não implica ignorar a existência e necessidade de processamentos top-down, visto que as salas de aula são tomadas pela heterogeneidade dos educandos, repletos de diferenças e singularidades, havendo então a necessidade de uma integração

teórica. Ou seja, saber utilizar o que é mais adequado conforme as adversidades do momento.

Oliveira assevera na PNA que:

De fato, o uso dos métodos fônicos, por si só, não irá resolver o problema da alfabetização. Outras evidências, igualmente vigorosas, devem ser levadas em conta pelas autoridades educacionais: um currículo nacional claro e consistente; estratégias e materiais didáticos adequados ao nível dos professores; instrumentos adequados de avaliação; professores de elevado nível acadêmico devidamente preparados; supervisão escolar adequada e um rigoroso ensino de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Só o uso sistemático desse conjunto de evidências poderá ajudar o Brasil a dar um salto de qualidade – na alfabetização e na educação. (BRASIL, 2019, p. 17).

Portanto, a alfabetização não depende de um único método e sim de estratégias pedagógicas, de um olhar diferenciado para cada educando, buscando a melhor prática didática para se alfabetizar.

Assim sendo, percebemos que os especialistas que contribuíram com a elaboração da PNA consideram que o maior diferencial em relação a políticas anteriores está no uso de evidências científicas com destaque a instrução fônica sistemática. Destacam seis pilares essenciais para medir o sucesso da alfabetização: a consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita.

A atual PNA (BRASIL, 2019) não deixa claro e explícito que defende e propõe o método fônico como o mais adequado a ser utilizado, contudo, os pilares que ela traz se identificam com o método. Entretanto, sabe-se que este é um método que precisa de investimento em capacitação aos professores alfabetizadores, bem como em pesquisas para saber como eles estão lidando com ele na prática e quais resultados estão sendo obtidos.

Nesse sentido, autores como Oliveira (2003) e Capovilla e Capovilla (2007), dentre outros, têm realizado estudos que colaboram para refletir sobre o método fônico, sua relação com a consciência fonêmica e o alcance que ele possui.

Capovilla e Capovilla (2007) explicam que o método fônico é baseado no ensino do código alfabético, que cada grafema (letra) é aprendido como um fonema (som), e que associadas a outras letras formam sílabas e por conseguinte palavra. Assim, o

texto deve ser introduzido de modo gradual, com complexidade crescente, e à medida que a criança for adquirindo uma boa habilidade de fazer decodificação grafo fonêmica fluente, ou seja, depois que ela tiver recebido instruções explícitas e sistemáticas de consciência fonológica e de correspondências entre grafemas e fonemas. Ressaltam ainda a necessidade de se investir em pesquisas, igualmente a países desenvolvidos como Grã-Bretanha, França e Estados Unidos que obtiveram excelentes resultados com o método fônico e estão à frente na avaliação do Programa Internacional de Avaliação de estudantes (PISA).

2. Orientações governamentais voltadas para professores sobre a nova Política Nacional de Alfabetização

Para obter informações concretas e compreender se há orientações ou diretrizes governamentais nos âmbitos federal, estadual ou municipal voltado para a capacitação dos professores para a implantação da nova Política Nacional de Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, foi realizada uma entrevista com duas professoras formadoras do Centro de Formação de professores de Anápolis- CEFOPE.

A respeito da existência de orientações e/ou diretrizes governamentais na inserção do método fônico nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ambas afirmaram que sim. Apontaram como preparatório o curso “Tempo de Aprender”, um programa de alfabetização abrangente com propósito de enfrentar as principais causas das deficiências da alfabetização do país. Refere-se a uma iniciativa do Governo Federal junto às secretárias de educação estaduais e municipais e é voltado para professores alfabetizadores, desenvolvido a partir das diretrizes da Política Nacional de Alfabetização.

Segundo as formadoras, o município de Anápolis sempre adere a todas as políticas federais com relação a educação, com isso a Secretaria Municipal de Educação de Anápolis aderiu-se ao curso “Tempo de Aprender”. Entretanto, devido à

pandemia, alegam que ainda não chegou nenhuma diretriz para a implantação do curso no município de Anápolis. Dentro da Secretaria de Educação existe um departamento que organiza os projetos e um desses projetos é o “Tempo de Aprender”, mas ainda não foi obrigatória sua realização por parte dos professores alfabetizadores, mas ele está disponível no portal para quem quiser realizar essa formação. A Secretaria de Educação já fez a adesão, mas ainda não foi apresentado como uma política municipal e não chegou nenhuma diretriz do MEC em relação a isso.

As professoras afirmam que Anápolis, independente dos programas do Governo Federal, sempre teve sua formação de professores dentro do CEFOPE com ênfase na alfabetização. Isso significa que enquanto essa diretriz não chega e não é feita a implantação desta na escola, há um curso de formação no CEFOPE dividido em três módulos: aquisição da língua escrita, práticas de letramento e processos de alfabetização que momento atual está sendo realizado virtualmente. Ou seja, independente do programa Tempo de Aprender chegar ou não, a formação continuada não para.

A partir dessas considerações, uma das possibilidades para a alfabetização tornar-se um diferencial de qualidade é, sem dúvida, a formação continuada de professores. Nesse sentido, Garcia (1999, p. 23) afirma que

A formação de professores representa um dos elementos fundamentais através dos quais a Didática intervém e contribui para a melhoria da qualidade de ensino. Para Gimeno (1982), representa “uma das pedras angulares imprescindíveis em qualquer tentativa de renovação do sistema educativo”.

Assim, a formação continuada, por sua vez, proporciona uma série de transformações nas orientações dos sistemas educativos, na cultura escolar, como também diversas reformulações nos métodos de ensino. Isso acarretaria, por outro lado, uma mudança de pensamento na vida profissional docente (FERREIRA; LEAL 2010).

Ao serem questionadas se há alguma formação relativa ao método fônico, elas afirmaram que não. A formação realizada é trabalhada na perspectiva da consciência fonológica, acreditam que a relação grafema/ fonema tem que ser ensinada explicitamente, mas não precisa ser uma abordagem do método fônico e sim uma

abordagem da consciência fonológica, observando as três facetas que Soares (2016) traz: a linguística, a sociocultural e a interativa. A faceta linguística, que se refere ao ensino explícito da relação grafema-fonema tem sido negligenciada em função das facetas sociocultural (contexto sociocultural das crianças) e interativa (função social da escrita). Saímos da ditadura dos métodos (analíticos, sintéticos, ecléticos) e entramos na ditadura da desmetodização da alfabetização e na ditadura dos textos.

Para trabalhar essa faceta linguística em sala de aula não é necessário adotar o “método fônico” (entendido aqui como um método sintético, que parte das unidades menores – letra, para as unidades maiores – textos). Estamos falando de “abordagem fônica”, expressão que se amplia para além do método citado acima. Daí a importância das habilidades metacognitivas como a consciência fonológica. Segundo as professoras, esta é a abordagem trabalhada com os professores alfabetizadores em Anápolis. Acreditam que o ensino explícito da relação grafema-fonema é essencial para o sucesso das crianças na alfabetização, sendo trabalhado a partir do texto (faceta interativa), considerando o contexto sociocultural das crianças (faceta sociocultural) e explicitando as relações grafema-fonema por meio de atividades de consciência fonológica encontradas em jogos, brincadeiras cantadas, músicas, situações lúdicas de leitura e escrita.

Diante do exposto, constatamos, como Soares (2000) afirma, que as muitas facetas são extremamente importantes para a aprendizagem e a consciência fonológica está sendo bastante utilizada atualmente. Esse método relaciona os fonemas-grafemas, influenciando muito no desenvolvimento da leitura e escrita considerando que ela seja muito eficaz.

Por conseguinte, dentro do caderno da atual PNA (BRASIL,2019), muito se abrange sobre a consciência fonológica.

Recebem o nome de habilidades metalinguísticas aquelas que decorrem de práticas que desenvolvem a linguagem oral e favorecem a tomada de consciência da fala (GOMBERT, 1990, 2003). Várias habilidades metalinguísticas se desenvolvem por meio de jogos e brincadeiras. Assim informam o mundo infantil e favorecem a emergência de novas habilidades, ao mesmo tempo que estimulam a convivência entre as crianças. Uma dessas habilidades é considerada essencial no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, pois facilita a compreensão do princípio alfabético: trata-se da consciência fonológica. A consciência fonológica é uma habilidade

metalinguística abrangente, que inclui a identificação e a manipulação intencional de unidades da linguagem oral, tais como palavras, sílabas, aliterações e rimas. À medida que a criança adquire o conhecimento alfabético, isto é, identifica o nome das letras, seus valores fonológicos e suas formas, emerge a consciência fonêmica, a habilidade metalinguística que consiste em conhecer e manipular intencionalmente a menor unidade fonológica da fala, o fonema (ADAMS et al., 2005; CAPOVILLA, A.; CAPOVILLA, F., 2000; CARDOSO-MARTINS, 2006 apud BRASIL, 2019).

No entanto, a descoberta do fonema é o caminho para compreensão do princípio alfabético, isto é, descobrir o fato de que as palavras são formadas por fonemas (sons menores do que a sílaba) e que os fonemas, por sua vez, são representados por grafemas (letras), para aprender a decodificar, ou seja, aprender as relações entre os fonemas e os grafemas que os representam para extrair o som das palavras escritas.

Portanto, quando a professora formadora foi questionada se há alguma formação sobre o método fônico, nas entrelinhas a resposta foi não, pelo fato de que dentro do documento não é explanado explicitamente nada sobre o método fônico em si, porém muito se fala sobre a consciência fonológica que também se encaixa bastante na perspectiva fônica, uma vez que dentro da consciência fonológica é trabalhada também a percepção dos sons.

3. Os professores e a inserção do método fônico

Para compreender como os professores da rede pública do município de Anápolis avaliam a inserção do método fônico, quais experiências positivas ou negativas tiveram e quais potencialidades e fragilidades os profissionais da educação encontram na aplicação em sala de aula, realizamos uma pesquisa com dez professoras que atuam ou já atuaram na alfabetização, sendo todas pertencentes a escolas públicas do ensino municipal de Anápolis. A coleta de dados com os referidos professores foi realizada por meio de questionários abertos no segundo semestre do presente ano.

Sobre o método utilizado para alfabetizar, 95% afirmou usar diversos métodos e estratégias que facilitem o aprendizado dos alunos, dentre eles estão: o letramento,

método alfabético ou de soletração, silábico, global e fônico. Os outros 5% utilizam o método sociointeracionista.

Quanto às potencialidades e as fragilidades encontradas na aplicação do método fônico, seis professores responderam que através do método fônico é possível perceber que as crianças conseguem ler com maior facilidade as palavras, percebem melhor os sons e isso facilita a junção e formação de novas palavras.

Sobre as fragilidades, seis professoras apontaram que a língua portuguesa apresenta algumas “dificuldades” como por exemplo: as suas variantes em percepção sonora (e=i, l=u...), letras que apresentam mais de um som (sons do x), e assim se faz necessário segurança ao aplicá-lo.

As outras quatro docentes disseram que não tem um conhecimento tão aprofundado sobre o método fônico, mas pelo que têm pesquisado e estudado percebem que é potente porque faz relação entre fonemas e grafemas para estabelecer relação entre palavras escritas e faladas. Essa conduta expressada pelos professores de mesclar mais de um método de alfabetização faz ligação com o que Fernandes e Penna (2008) afirmam

Aprender a ler e escrever deve ser avaliado por diferentes ângulos, encarando-se métodos e propostas de ensino num sentido multissensorial, recorrendo a diversos métodos, variações a serem, mesmo, inventadas, se preciso, para alcançar o êxito do aluno, que é único, dentro de sua dificuldade. Torna-se um grande desafio estruturar experiências que sejam provocativas para a ocorrência de mudanças. (FERNANDES; PENNA, 2008, p.44)

Dessa forma, não adianta o professor alfabetizador mesclar quaisquer atividades dos métodos fônico e global sem absoluta convicção do que está fazendo, é necessário que ele construa um novo caminho, “uma terceira via” onde o aluno entenda o princípio alfabético e compreenda como funciona o código alfabético para dominar a decodificação e ser exposta a textos reais, ricos, que tenham intencionalidade e significado cultural para tomar consciência da diversidade de textos na construção da aprendizagem da leitura e escrita.

Quando questionados se há diferença no desempenho oral e escrito em alunos vindos de um processo de alfabetização que não seja o método fônico, todos os

docentes responderam que sim, na maioria das vezes as crianças costumam ter melhor desempenho na leitura e escrita quando vêm do método fônico. Leem e escrevem com maior facilidade palavras simples, complexas ou extensas.

Capovilla e Capovilla (2004) reiteram que, de acordo com o relatório francês Aprender a ler, o professor alfabetizador precisa planejar na sua sala de aula, o domínio da decodificação com o trabalho da construção do significado, isto é, combinar as características favoráveis do método fônico com as do método global. Para que isso aconteça, é fundamental que a criança descubra o princípio alfabético e compreenda como funciona o código alfabético para dominar a decodificação e ser exposta a textos reais, ricos e com significado cultural, para tomar consciência da diversidade de textos na construção do significado.

Ao abordar sobre a eficácia do método fônico, todos afirmaram que acreditam na eficácia e nos resultados positivos e que o ensino das letras e seus respectivos sons contribuem significativamente para alfabetização. Porém, sete (7) professores disseram que não dominam completamente o método, que não tiveram formação para aplicação desse.

Como assevera Lima (2001, p.32), é necessário compreender que a formação contínua deve estar “a serviço da reflexão e da produção de um conhecimento sistematizado, que possa oferecer a fundamentação teórica necessária para a articulação com a prática criativa do professor em relação ao aluno, à escola e à sociedade”.

Portanto, é considerável ressaltar a importância de se investir em formação continuada dos professores, mas não somente por meio de abordagens clássicas no formato de pequenos cursos, seminários e conferências. Ela deve ser efetivada com cursos de longa duração que ofereçam acompanhamento durante a prática e, somente a partir disso, considerar o professor apto para a aplicação do método na prática.

A Política de Alfabetização (BRASIL, 2019) não explicita o uso do método fônico, mas traz claras evidências sobre ele. Partindo desse pressuposto, interrogamos os professores se houve alguma formação continuada pelo CEFOPÉ ou outros centros de formação para a aplicabilidade desse método, e se participaram de alguma dessas



formações. Dois (2) docentes disseram que não participaram de nenhuma. Oito (8) afirmaram que para os professores alfabetizadores participam todo ano da formação no CEFOPE.

Em 2020 alegaram que tiveram a oportunidade de leitura e estudo da PNA e uma aula gravada (tempo pandêmico) sobre a relação da BNCC e PNA, mas em nenhuma formação houve incentivo ou ensino sobre o método fônico ou sobre os fonemas, afirmando que sentem resistência sobre essa prática, ou talvez seja insegurança da equipe por falta de conhecimento. Uma professora asseverou que está participando de palestras e cursos online que tratam desse assunto, especificamente sobre Alfabetização, Consciência Fonológica e Neurociência.

Em conformidade com a pesquisa concedida, e equiparando as respostas sobre o método fônico, foi possível identificar que os professores expõem a eficácia do método fônico e reconhecem os benefícios que ele proporciona durante o processo de alfabetização e que devemos criar oportunidades para que o aluno tenha consciência do som das palavras, frases, sílabas e fonemas como unidades separadas e saiba reconhecê-las. Mas podemos perceber também que é evidenciada a falta de uma formação continuada mais aprofundada, o que dificulta o desempenho do professor na compreensão e execução do método.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecida como a base para uma educação construtiva, a etapa da alfabetização é primordial para a construção da autonomia, do conhecimento, da comunicação e um pilar fundamental para desenvolver a leitura e escrita. O professor alfabetizador precisa ter consciência da importância desse período e utilizar meios e métodos que facilitem esse processo, pois o despreparo pode acarretar consequências que acompanharão a criança em toda vida. Portanto, compreende-se que é extremamente importante o governo investir e construir Políticas Públicas que preparem o professor alfabetizador para a implantação e aplicação do método fônico. Não basta somente propor e responsabilizá-lo, visto que esse método não é simples de ser

aplicado, pois se não houver uma preparação adequada não terá sucesso na aplicabilidade.

Assim sendo, recentemente muito se pensa no padrão mínimo de qualidade na educação, mas para isso é imprescindível preparar os alfabetizadores e oferecer condições e qualidade de trabalho.

Percebe-se que a Política Nacional de Alfabetização traz um projeto muito envolvente e interessante, e ao analisar as respostas das docentes podemos observar que deixaram claro a relevância do método fônico, apesar de não ser o único utilizado. Compete ao professor decidir qual se aplica melhor às necessidades dos educandos. Porém, como já explanado acima, falta preparo suficiente aos alfabetizadores.

Entretanto, a busca pelo método ideal ainda não foi alcançada e definida com clareza, mas para melhorarmos a qualidade da educação, temos que iniciar por uma alfabetização que privilegia a imersão na língua, nas funções sociais da escrita e na valorização da consciência fonológica, respeitar o caminho dos alunos no desenvolvimento de suas hipóteses sobre a escrita, possibilitar o trabalho com textos, explorando as relações entre sons e letras e a consciência fonológica, respeitando os momentos de descoberta dos alfabetizandos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Daiany Toffaloni; SOUZA, Nelly Narcizo de. O método fônico sob a perspectiva neuropsicológica. **Revista da UNIFEBE**, ISSN 2177-742X, Brusque, v. 1, n. 22, set./dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/563-1684-1-PB.pdf>. Acesso em jul. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 11 Dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA – Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em 20 out. 2020



CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. **Alfabetização**: método fônico. São Paulo: Memnon, 2004.

CAPOVILLA, Alessandra G. S.; CAPOVILLA, Fernando C. **Alfabetização**: método fônico. 4.e.d. São Paulo: Editora Memnon, 2007.

FERREIRA, A. T. B.; LEAL, T. F. A formação continuada de professores: enfim o que pensam e sugerem os docentes? In: **Formação continuada de professores**: Reflexões sobre a prática. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010.

FERNANDES, Rosely Aparecida; PENNA, James dos Santos. Contribuições da psicopedagogia na alfabetização dos disléxicos. **Revista Terceiro Setor & Gestão UNG-Ser**, v. 2, n. 1, p. 29-49, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/400-1380-1-PB.pdf> Acesso m 20 nov. 2020

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. AÇÃO EDUTITVA. Pesquisa gera conhecimento o conhecimento transforma. INAF – **Indicador de Alfabetismo Funcional**. 2018. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 10 de set.2020

LIMA, Maria Socorro Lucena. **A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional**. (Tese de doutorado) São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 2001. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=15230> Acesso em 20 nov. 2020.

OLIVEIRA, João Batista. **ABC do alfabetizador**. 3. ed. - Rio de Janeiro: Alfa educativa, 2003.

SEBRA, Alessandra Gotuzo; DIAS, Natália Martins. **Métodos de alfabetização**: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz, v. 28, n. 87, Set. 2011. ISSN 0103-8486. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000300011 Acesso em: 30 Nov.2020.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. 2000. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4hs9dsz>. Acesso em: 09.Out.2020.